



GT 006. Alimentação, Cultura e Direitos Sociais

Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a, Rogéria Campos de Almeida Dutra (Universidade Federal de Juiz de Fora) - Coordenador/a, Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS) - Debatedor/a, Sandra Simone Queiroz de Moraes Pacheco (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA) - Debatedor/a, Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Debatedor/a

O projeto de construção de uma comunidade global baseada em padrões universais e progressivos de decência, moralidade e dignidade humanas constitui uma das grandes transformações do século XX, tendo como marco significativo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse âmbito, o Direito Alimentar tem sido objeto da reflexão antropológica desde 1940 e a crescente sua participação no debate contemporâneo em função de sua interconexão com a crise alimentar em suas diferentes facetas, tais como: mecanismos institucionais de poder e práticas administrativas, relações de dominação entre grupos e nações, crise ecológica e produção em larga escala, concentração de renda e empobrecimento de grandes contingentes populacionais, relações entre saberes tradicionais e saber científico etc. No Brasil, a Constituição de 1988 representou um avanço significativo na possibilidade de consolidação de um conjunto de Direitos Sociais, dos quais a alimentação ocupa um lugar central, seja na efetivação da dignidade humana e cidadania, seja na possibilidade dos grupos sociais reproduzirem suas existências nos seus lugares de atuação. Assim, o GT busca assegurar e ampliar o espaço de discussão da Antropologia da Alimentação e colocar em perspectiva questões relativas aos riscos e controvérsias sobre a segurança alimentar e nutricional, dos ativismos políticos e das políticas públicas, que assegurem o direito à alimentação, soberania e cultura alimentar nos seus aspectos multidimensionais.

A importância do leite na alimentação rural da Zona da Mata mineira.

Autoria: Daniela Maria Alves Pedrosa, Rogéria Campos de Almeida Dutra

Embora o desenvolvimento da pecuária leiteira no estado de Minas Gerais tenha ocorrido de maneira significativa, sobretudo entre os anos de 1820 e 1930, quando era a principal atividade econômica das fazendas mineiras, o leite permaneceu como alimento básico das populações rurais, ocupando papel central nas práticas alimentares seja por seu consumo in natura, seja utilizado na produção de pratos regionais. Este work tem como escopo compreender o papel ocupado por este alimento no cotidiano de uma comunidade rural da Zona da Mata mineira destacando a importância que o mesmo adquiriu na alimentação de subsistência dos moradores. Com a economia baseada na pecuária leiteira, a localidade também conta com a produção de carne suína, ovos de aves e outros alimentos com grande teor nutricional, provenientes da agricultura campesina. Ainda que a produção leiteira não seja uma prática comum a todos os habitantes, ela se faz amplamente presente dentro da comunidade, que possui com uma cooperativa destinada à pasteurização e comercialização deste alimento. Contudo, há de se ressaltar que mesmo o leite pasteurizado sendo de fácil acesso é comum o consumo diário de leite cru pelos moradores. Neste contexto, os cuidados com a produção e manipulação do leite e seus derivados, que são uma das principais fontes de proteína dos que ali residem, passam a ser cruciais para a compreensão do papel que este alimento desfruta dentro da comunidade.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**